MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 2º Semestre/2013
Prova A

Parte I – Prova Objetiva

1. **Não é legitimado para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:**
a) o Procurador-Geral da República.
b) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
c) a Defensoria Pública da União.
d) o partido político com representação no Congresso Nacional.

2. **Quanto à súmula vinculante, é CORRETO afirmar que ela produz efeito vinculante:**
a) em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
b) apenas em relação aos órgãos do Poder Judiciário.
c) apenas em relação aos órgãos da Administração Pública direta e indireta federal.
d) apenas em relação aos órgãos da Administração Pública direta federal.

3. **A Constituição Federal estabelece princípios constitucionais explícitos da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Não integra o rol dos princípios constitucionais explícitos da Administração Pública:**
a) legalidade.
b) impessoalidade.
c) moralidade.
d) economicidade.

4. **Segundo dispõe a Constituição Federal, "sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania", conceder-se-á:**
a) mandado de injunção.
b) mandado de segurança.
c) habeas corpus.
d) habeas data.

5. **A Constituição Federal estabelece como forma de Estado e forma de governo, respectivamente:**
a) presidencialismo e federação.
b) democracia e parlamentarismo.
c) federação e república.
d) república e presidencialismo.

6. Quanto à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, é CORRETO afirmar:
a) são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
b) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios depende exclusivamente de edição de lei complementar.
c) compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, tributário, financeiro e urbanístico, bem como sobre orçamento e juntas comerciais.
d) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais através de referendo.

7. **Quanto aos direitos e garantia individuais, analise as seguintes afirmativas:**
I – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
II – a lei penal não retroagirá, salvo quando se tratar de crimes inafiançáveis e hediondos.
III – o sigilo das comunicações telefônicas pode ser afastado por ordem judicial, nos termos da lei, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
IV – a criação de associações depende de autorização do poder público.
Responda:
a) todas estão corretas.
b) I e III estão corretas.
c) I, II e III estão corretas.
d) I e II estão corretas.

8. **Sobre as emendas constitucionais, é INCORRETO afirmar que:**
a) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
b) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos Poderes e a forma federativa de Estado.
c) a proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
d) a proposta de emenda, depois de aprovada, será sancionada e promulgada pelo Presidente da República.

9. **Nos termos do artigo 109 da Constituição Federal, não compete aos juízes federais processar e julgar:**
a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem

interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
b) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
c) os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
d) os mandados de segurança e os "habeas-data" contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.

10. **Quanto à classificação das constituições, assinale a alternativa INCORRETA:**
a) Constituição rígida é aquela que só pode ser alterada por procedimento especial, solene e dificultoso.
b) Constituição flexível é aquela que pode ser alterada por meio de procedimento indiferenciado do processo legislativo comum.
c) Constituição outorgada é aquela cujo procedimento de elaboração conta com a participação popular, diretamente ou por meio de representantes.
d) Constituição escrita é aquela que se encontra em um documento único.

11. **Com relação ao dolo e à culpa, assinale a alternativa CORRETA:**
a) a conduta culposa poderá ser punida sem previsão expressa na lei.
b) na culpa consciente o agente prevê e aceita o resultado do delito, embora acredite que sua habilidade possa impedir a ocorrência do resultado lesivo.
c) na culpa própria, o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permite praticar, licitamente, o fato típico.
d) o resultado lesivo não querido, mas assumido pelo agente, caracteriza o dolo eventual.

12. **São princípios da ação penal pública:**
a) obrigatoriedade e indivisibilidade.
b) indivisibilidade e disponibilidade.
c) disponibilidade e legalidade.
d) legalidade e divisibilidade.

13. **Em relação à aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal estabelece a:**
a) retroatividade da lei posterior mais benigna se o processo ainda não transitou em julgado.
b) retroatividade da lei posterior mais benigna.
c) retroatividade apenas no caso de abolitio criminis.
d) irretroatividade quando já se iniciou a execução da pena.

14. **Com relação ao lugar o crime, é CORRETO afirmar:**
a) Considera-se praticado o crime apenas no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.
b) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
c) Considera-se praticado o crime apenas no lugar em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
d) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu integralmente a ação ou omissão, bem como onde efetivamente se produziu o resultado.

15. **No que se refere à prescrição, assinale a alternativa CORRETA:**
a) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
b) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 18 (dezoito) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.
c) As penas restritivas de direitos prescrevem em dois anos.
d) O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia.

16. **As hipóteses que não excluem a imputabilidade penal são:**
a) a emoção e a paixão.
b) a menoridade penal.
c) a doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado que, ao tempo da ação ou da omissão, torne o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
d) a embriaguez fortuita e completa que, ao tempo da ação ou da omissão, torne o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

17. **Assinale a alternativa CORRETA. O Princípio da Insignificância:**
a) exclui a ilicitude da conduta.
b) é também conhecido como Princípio da Intervenção Máxima.
c) reduz o âmbito de incidência do Direito Penal ao considerar materialmente atípicas condutas que causam insignificantes ofensas ao bem jurídico tutelado, apesar de serem formalmente típicas.
d) não exclui a tipicidade.

18. **Sobre o concurso de agentes, assinale a alternativa CORRETA:**
a) aquele que concorre para o crime incide nas penas a ele cominadas, ainda que sua colaboração seja irrelevante na prática delitiva.
b) comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, exceto quando forem elementares do crime.
c) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave ser-lhe-á aplicada a pena deste, sendo vedado qualquer aumento de pena.

d) se a participação for de menor importância, a pena pode ser reduzida de um sexto a um terço.

19. **Constitui pena não proscrita pela Constituição Federal:**
a) a perda de bens.
b) a de caráter perpétuo.
c) a de banimento.
d) a de trabalhos forçados.

20. **Sobre o concurso de crimes é CORRETO afirmar que:**
a) ocorre o concurso formal de crimes quando o agente, com mais de uma ação, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie.
b) a pena fixada no concurso formal não poderá exceder a que seria aplicada no concurso material.
c) no crime continuado são irrelevantes as condições de tempo, lugar e maneira de execução e outras semelhantes.
d) no concurso de crimes, quanto às penas de multa, aplica-se somente aquela do delito mais grave.

21. **Nos termos do Código Civil, considera-se relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil:**
a) os menores de dezesseis anos.
b) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
c) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
d) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

22. **No que se refere aos defeitos do negócio jurídico, consoante dispõe o Código Civil, é INCORRETO afirmar:**
a) a coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
b) se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
c) são nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro acidental que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
d) configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

23. **Segundo dispõe a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n.º 4.657/42), é CORRETO afirmar que:**
a) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
b) as correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
c) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada.
d) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais de direito e a eqüidade.

24. **Segundo o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado:**
a) as autarquias.
b) os partidos políticos.
c) os Municípios.
d) os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

25. **No que se refere ao domicílio, segundo dispõe o Código Civil, é CORRETO afirmar que não tem domicílio necessário:**
a) o incapaz.
b) o servidor público.
c) o preso.
d) o estrangeiro.

26. **A citação válida:**
a) não torna prevento o Juízo.
b) induz litispendência.
c) não torna litigiosa a coisa.
d) constitui em mora o devedor, quando este apresentar contestação.

27. **No que se refere às funções essenciais à Justiça, dispõe a Constituição Federal que:**
a) o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo absolutamente inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
b) a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.
c) à Advocacia-Geral da União não cabe a atividade de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
d) o Ministério Público do Trabalho é ramo autônomo não abrangido pelo Ministério Público da União.

28. **Segundo dispõe o Código de Processo Civil, no que se refere ao litisconsórcio, é CORRETO afirmar que:**
a) o juiz não poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
b) cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, mas nem todos devem ser intimados dos respectivos atos.
c) o juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, mas não pode declarar extinto o processo caso o autor não atenda a determinação.
d) salvo disposição em contrário, os atos e as omissões de um litisconsorte não prejudicarão nem beneficiarão os outros litisconsortes.

29. **Consoante o Código de Processo Civil, no que se refere à comunicação dos atos**

processuais, é CORRETO afirmar que:
a) a intimação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender.
b) a citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.
c) a carta rogatória é destinada à autoridade judiciária estrangeira.
d) as cartas não têm caráter itinerante, o que significa que, antes ou depois de lhes ser ordenado o cumprimento, não poderão ser apresentadas a juízo diverso do que delas constar, a fim de se praticar o ato.

30. **Não está expressamente previsto na Constituição Federal o princípio processual:**
a) da ampla defesa.
b) do contraditório.
c) do duplo grau de jurisdição.
d) da duração razoável do processo.

31. **São garantias dos membros do Ministério Público previstas no artigo 128, § 5º, inciso I, da Constituição Federal:**
a) vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídio.
b) inviolabilidade, inamovibilidade, prerrogativa de foro.
c) imunidade, juridicionalidade, vitaliciedade.
d) juridicionalidade, independência, vitaliciedade.

32. **Para o exercício de suas atribuições, é assegurado ao Ministério Público da União, nos procedimentos de sua competência:**
a) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta, sendo vedado requisitar informações e documentos a entidades privadas.
b) realizar inspeções, diligências investigatórias e notificar testemunhas.
c) ter acesso, de forma condicionada, a banco de dados de caráter público, ante a garantia de sigilo assegurada pela Constituição Federal.
d) requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, não podendo, contudo, acompanhá-los ou produzir provas.

33. **São princípios institucionais do Ministério Público previstos no artigo 127, § 1º, da Constituição Federal:**
a) autonomia funcional e administrativa.
b) promotor natural e indivisibilidade.
c) independência funcional e unidade.
d) autonomia orçamentária e financeira.

34. **Dentre outras, são funções institucionais do Ministério Público:**
a) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, e zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

b) a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, já que é dever do Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.
c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos e promover a execução da dívida ativa de natureza tributária.
d) exercer a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

35. **Não constitui vedação aos membros do Ministério Público:**
a) exercer a advocacia.
b)exercer atividade político-partidária.
c) exercer uma função pública de magistério.
d) receber honorários ou custas processuais.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E	
01			■			C	19	■					A
02	■					A	20		■				B
03				■		D	21				■		D
04	■					A	22			■			C
05			■			C	23	■					A
06	■					A	24		■				B
07		■				B	25				■		D
08				■		D	26		■				B
09		■				B	27		■				B
10			■			C	28				■		D
11				■		D	29			■			C
12				■		D	30			■			C
13		■				B	31	■					A
14		■				B	32		■				B
15	■					A	33			■			C
16	■					A	34	■					A
17			■			C	35			■			C
18				■		D							